

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

### UMA TEORIA DA JUSTIÇA PARA O ACESSO À JUSTIÇA

*Geovany Cardoso Jeveaux*

1. Introdução .....	1
2. Acesso à Justiça como Efetividade.....	2
3. Da Instrumentalidade do Processo ao Formalismo-valorativo .....	5
4. Juiz Ativo, Ativismo Judicial e Função Criadora do Direito.....	17
5. A Teoria da Justiça de Kelsen .....	32
6. A Justiça Traída pelo Processo: a Legitimação pelo Procedimento de Niklas Luhmann.....	42
7. A Justiça Política de Otfried Höffe .....	49
8. Acesso Qualitativo à Justiça e Teoria da Argumentação: Alexy, Habermas e Dworkin.....	54
9. Panorama das Teorias da Justiça Social, Procedimentalismo e Racionalidade Prática.....	69
10. A Teoria da Justiça de Rawls.....	78
11. A Crítica Neoliberal de Robert Nozick .....	92
12. A Crítica Neoliberal de F. A. Von Hayek .....	96
13. A Crítica Comunitária de Michael Walzer .....	99
14. As Mudanças da Teoria da Justiça de Rawls em "O Liberalismo Político".	103
15. Conclusão.....	107

### CRITÉRIOS DE JUSTIÇA E A ÓTICA DE NIKLAS LUHMANN APLICADA AOS PROCESSOS JUDICIAIS

*Angela Baptista Balliana Kock*

1. Introdução.....	111
2. Legitimação pelo Procedimento – Fundamentos.....	112
2.1. A Concepção Clássica do Procedimento Legal .....	112
2.2. Legitimidade.....	113
2.3. O Procedimento como Sistema Social.....	113



2.4. Processos Judiciais .....	114
2.4.1. Diferenciação.....	114
2.4.2. Autonomia.....	116
2.4.3. Sistema de Contato .....	116
2.4.4. Adoção de Papéis.....	116
2.4.5. Representações e Desencargos .....	117
2.4.6. Conflito Permitido .....	118
2.4.7. Limites da Capacidade de Aprendizagem .....	118
2.4.8. Representação para os que não Participam .....	118
2.4.9. Estrutura do Programa e Responsabilidade .....	119
3. Acesso à Justiça.....	120
4. Critérios de Justiça .....	120
5. Conclusão.....	125
Bibliografia .....	126

## UMA RELEITURA DO ACESSO À JUSTIÇA A PARTIR DA TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS

*Aloyr Dias Lacerda*

1. Introdução.....	127
2. É Possível um Conceito de Justiça?.....	128
3. O Acesso à Justiça através da Teoria da Justiça de Rawls.....	132
3.1. A Posição Original .....	134
3.2. Os Princípios da Justiça.....	136
4. Algumas Críticas à Teoria da Justiça de Rawls .....	138
4.1. A Crítica de Harsanyi .....	138
4.2. A Crítica Neoliberal de F. A. Von Hayek.....	139
5. Conclusões .....	144
Bibliografia .....	145

## A APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DISTRIBUTIVOS DE JUSTIÇA COMO UM MEIO PARA ALCANÇAR A JUSTIÇA SOCIAL

*Layla Gonçalves Hatab*

1. Introdução.....	147
2. O Conceito <i>Particularizado</i> de Justiça, de Michel Walzer e o Conceito <i>Geral</i> de Justiça, de John Rawls.....	148
3. Os Critérios Distributivos .....	152
3.1. Livre Troca .....	152

3.2. Merecimento .....	153
3.3. Necessidade .....	157
4. Aplicação dos Critérios Distributivos nas Esferas da Justiça .....	158
4. 1. Esfera da Justiça: o Dinheiro .....	159
4.2. Esfera da Justiça: os Cargos Públicos .....	162
5. Conclusão.....	165
Bibliografia .....	166

## ANÁLISE DO HABEAS DATA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA E DO ACESSO À JUSTIÇA

*Mariana Taques Thomazelli Siqueira*

1. Introdução.....	167
2. Origem .....	169
3. Objetivo .....	171
4. Do Cabimento.....	174
5. Previsão Legal .....	176
6. Procedimento.....	177
7. Competência para Processo e Julgamento.....	183
8. Comparativo Traçado entre O Habeas Data e o Direito de Certidão.....	185
9. Habeas Data na Jurisprudência da Suprema Corte Brasileira .....	187
10. Conclusão.....	188
Bibliografia .....	188

## AS TRÊS ONDAS DE ACESSO À JUSTIÇA E A REPERCUSSÃO NO DIREITO BRASILEIRO

*Cristina Passos Daleprane*

1 Introdução.....	191
2. Acesso à Justiça.....	192
3. As Três Ondas de Acesso à Justiça .....	196
3.1. Primeira Onda .....	196
3.1.1. Sistema Judicare.....	197
3.1.2. Advogado Remunerado pelos Cofres Públicos .....	197
3.1.3. Modelos Combinados .....	197
3.2. A Segunda Onda.....	198
3.3. A Terceira Onda.....	199
4. A Repercussão Das Ondas No Brasil.....	201
5. Considerações Finais.....	209

Bibliografia .....	210
--------------------	-----

## O MANDADO DE INJUNÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA SUBSTANCIAL

*Fernanda Brasileiro de Almeida*

1. Introdução.....	213
2. Acesso à Justiça .....	214
2.1. Panorama Mundial e Brasileiro.....	214
2.2. Modelos de Acesso à Justiça .....	216
3. Mandado de Injunção a Serviço do Acesso à Justiça: Inovação da Constituição Federal de 1988 – Evolução do Entendimento do Supremo Tribunal Federal .....	218
4. Projeto de Lei do Mandado de Injunção: Oportunidade de Adoção do Acesso à Justiça Substancial .....	223
5. Conclusão .....	224
Bibliografia .....	224

## ACESSO À JUSTIÇA E O PROBLEMA DA EFETIVIDADE DO PROCESSO

*Margareth Vetis Zaganelli / Lorena de Mello Rezende Colnago*

1. Introdução.....	229
2. Os Vários Sentidos do Acesso à Justiça.....	229
3. O Acesso à Ordem Jurídica Justa .....	232
4. Os Principais Obstáculos ao Acesso à Justiça.....	233
5. Técnicas de Superação dos Obstáculos ao Acesso à Justiça .....	234
6. O Problema da Efetividade do Processo .....	240
7. Uma Promessa de Efetividade.....	242
8. Considerações Finais.....	244
Bibliografia .....	245

## O PROBLEMA DA JUSTIÇA EM Kelsen

*Margareth Vetis Zaganelli*

1. Notas Introdutórias: Hans Kelsen, o Mestre de Viena .....	247
2. Teoria Pura do Direito: Dever ser e Imputabilidade.....	249
3. O Problema da Justiça.....	253
4. As Normas da Justiça.....	256
5. Considerações Finais.....	264
Bibliografia .....	265



## DA LEI À CONSTITUIÇÃO: A POSITIVAÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Hermes Zaneti Jr

1. Premissas .....	267
2. Evolução Dogmática da Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos e o Papel do Ministério Público como Instituição de Garantia de Segundo Grau.....	269
2.1. Os Fundamentos Teóricos do Direito Positivado na Doutrina Italiana e a Evolução do Ministério Público de Órgão do Poder Executivo para Instituição de Garantia de Segundo Grau dos Direitos Fundamentais .....	274
2.2. O Significado da Positivação dessas Garantias no Ordenamento Constitucional e Infraconstitucional .....	279
3. O Processo Coletivo como Espécie de “Processo de Interesse Público” ( <i>Public Law Litigation</i> ) .....	280
4. Conceito de Processo Coletivo no Direito Brasileiro .....	286
5. Conclusões .....	292
Bibliografia .....	294